

## **OS AGENTES CONSULARES E AS RELAÇÕES COMERCIAIS FRANÇA-BRASIL**

Victor Soares Lustosa  
Graduando em História, UFPB

Dr. José Ernesto Pimentel Filho  
Prof. UFPB (Orientador)

O presente trabalho tem como objetivo apresentar parte dos resultados do plano de trabalho “Os agentes consulares e as relações comerciais França-Brasil” dentro do projeto de pesquisa “As relações comerciais brasileiras com a França e Inglaterra no segundo império”, iniciado em agosto de 2009. Foram feitos levantamentos quantitativos do corpo consular brasileiro e estrangeiro, através dos relatórios ministeriais apresentados anualmente ao governo do império, a fim de conhecer o peso da França nessas legações e assim verificar em que medida esses agentes consulares contribuíram para o desenvolvimento das relações comerciais entre os dois países. Através desses relatórios procuramos também catalogar e analisar os acordos e tratados comerciais celebrados entre os dois países.

Ao longo do século XIX o Brasil irá procurar se afirmar enquanto nova nação e, para isso, tentará se inserir de forma mais efetiva no mercado mundial. Tal inserção, que envolve as progressivas aproximações comerciais com a Inglaterra, França e Estados Unidos, será acompanhada dos próprios avanços internos da economia brasileira. Como nosso foco aqui são as relações comerciais e consulares entre Brasil e França, nos concentraremos menos no desenvolvimento interno da economia brasileira do que na evolução das trocas comerciais, embora sabendo que os dois movimentos são duas faces da mesma moeda. Sendo assim, as importações e as exportações, os tratados comerciais e as convenções consulares são os principais pontos que norteiam o presente texto. Não esqueçamos, entretanto, que, dentre eles, o aumento das exportações brasileiras era a questão mais decisiva para o desenvolvimento do País. Segundo Celso Furtado, já na primeira metade do século XIX, a condição básica para o desenvolvimento da economia

brasileira será o aumento de suas exportações.<sup>1</sup> Apesar da nossa abordagem se concentrar no período do segundo império brasileiro, ou seja, quase toda localizada na segunda metade do século, a afirmação de Celso Furtado não perde força. O aumento das exportações brasileiras será o mecanismo mais importante para o desenvolvimento da economia também durante todo o reinado de D. Pedro II, visto que, devido ao regime escravista, o mercado interno brasileiro ainda era bem incipiente e, por não ser um país industrializado, só restava ao Brasil cumprir com sua “vocação” agrária de país exportador de alimentos e matérias-primas e importador dos produtos manufaturados ingleses e, progressivamente norte-americanos, alemães e, o que nos interessa, franceses.

Para estudar as relações comerciais entre Brasil e França na segunda metade do século XIX, achamos necessário verificar a evolução das relações consulares entre os dois países e, como essas relações contribuíram significativamente ou não para o avanço dessas trocas comerciais. Para isso, pesquisamos, um a um, os relatórios anuais dos ministérios de relações exteriores do Brasil, presentes no acervo digital da biblioteca da Universidade de Chicago<sup>2</sup>, no intuito encontrar tratados, acordos, convenções e, até mesmo, reclamações dos dois países. Como esses relatórios ministeriais são documentos oficiais e, sendo assim, dotados de um discurso ideológico interessado, tivemos todo o cuidado de ir atrás de outras fontes para tentar confrontar com as assertivas encontradas. Utilizamos também os documentos das alfândegas do Rio de Janeiro para identificar o volume de importação e exportação do Brasil com a França

## 1- As Relações Consulares

Os relatórios anuais do Ministério das Relações Exteriores eram feitos pela secretaria de estado dos Negócios estrangeiros. Neles estão presente os acordos, tratados, reclamações diplomáticas, brasileiras e estrangeiras, como também uma listagem com o nome dos cônsules, agentes comerciais e diplomatas brasileiros residentes nos demais países, como também dos estrangeiros residentes no Brasil. O primeiro levantamento que fizemos a partir desse relatório foi um levantamento

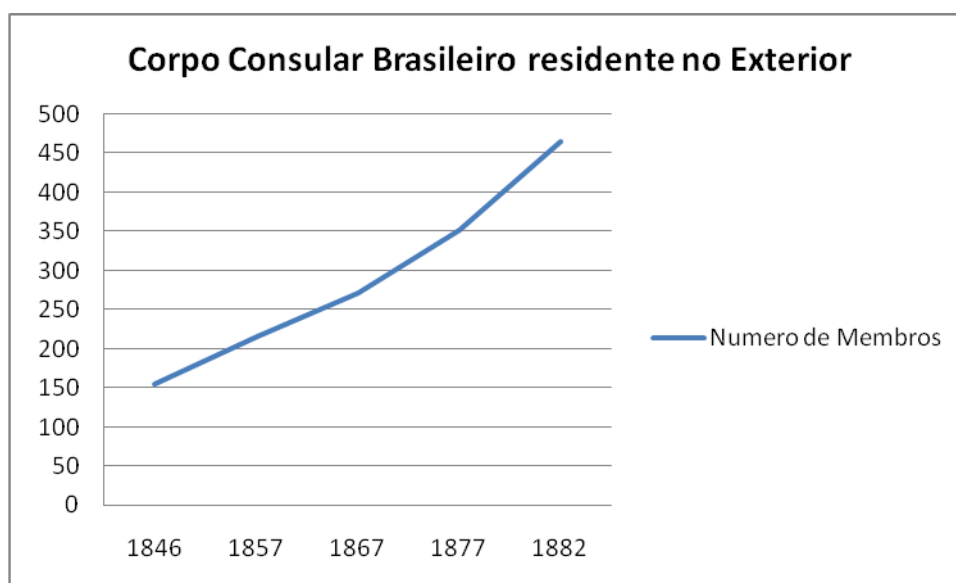
---

<sup>1</sup> FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 11ª ed. São Paulo, Companhia editora Nacional. 1972, p. 106

<sup>2</sup> Esses relatórios estão disponíveis na internet, no seguinte endereço eletrônico: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil>

quantitativo do corpo consular brasileiro e estrangeiro de todos os países que o Brasil tem relações comerciais, para que, dessa forma, pudéssemos ver o peso numérico da França em relação aos demais. Começamos pelo ano de 1842. Neste ano a secretaria não separa a relação dos cônsules da relação dos diplomatas, temos apenas uma lista com “*Relação dos indivíduos que compõem o corpo diplomático e consular brasileiro, residente nos diversos estados da Europa e da America*”, como também “*Estado do corpo diplomático e consular estrangeiro residente na corte*”. Na primeira relação, de um total de sessenta e três membros residentes no exterior, os países com maior número de membros são: Portugal com oito; França com sete; Inglaterra e Duas-Sicílias, ambos com cinco; e Roma – Toscana com quatro. Já no corpo diplomático e consular estrangeiro residente no Brasil, de um total de cinquenta e nove membros, os maiores são Portugal com cinco; e França, Grã-Bretanha, Estados Unidos e Argentina, ambos com quatro membros. Procedemos com o levantamento quantitativo com intervalos de cinco anos até o fim do império. Vimos que a representação consular brasileira na França ocupa 15 % de toda a representação consular brasileira, oscilando entre a quarta e a quinta posição, ficando, quase sempre, atrás da Grã-Bretanha, Portugal e Espanha. O que mais nos chamou a atenção, entretanto, não foi a posição ocupada pela França, mas o aumento do próprio corpo consular brasileiro, como mostra a figura abaixo:

FIGURA 1: Quantidade de membros do corpo consular brasileiro no decorrer do segundo império brasileiro.



Fonte: Relatórios anuais do Ministério das Relações Exteriores, encontrados no endereço eletrônico: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil>

Da mesma forma, fizemos o levantamento do corpo consular estrangeiro residente no Brasil. Aqui a situação é um pouco diferente, o corpo consular francês ocupa apenas oscilantes 5 a 7% das representações estrangeiras no Brasil, entre 1842 e 1882. Em 1846, o consulado francês residente no Brasil é o quinto maior, vinte anos depois essa posição cai para o sétimo lugar, e, em 1882, para nono lugar. Vemos, portanto, uma estagnação da representação consular francesa no Brasil, o que vai de encontro ao que afirma Denise Takeya:

“A presença da representação consular francesa no Brasil tendeu a expandir-se territorialmente na razão direta em que se expandiram as próprias relações comerciais entre os dois países e estava intimamente ligada à importância crescente ou decrescente dos mercados regionais e, provavelmente, à perspectiva sobre o futuro comercial de certas áreas para os interesses franceses”<sup>3</sup>

As relações comerciais entre França e Brasil aumentam significativamente na segunda metade do século XIX, principalmente no tocante às importações de produtos franceses para os principais centros urbanos brasileiros, mas essa expansão das relações comerciais entre os dois países não vem acompanhado, ou, muito menos, é consequência do aumento, pois ele não existe, da representação consular francesa no Brasil. Antes, e sobretudo, é graças aos imigrantes franceses nas cidades mais populosas do Brasil o motivo do aumento das importações brasileiras dos produtos franceses, mas deixemos essa questão de lado, por enquanto. Nesta seção vamos nos concentrar nas representações consulares e suas contribuições para o aumento das relações comerciais entre Brasil e França.

Afirmamos aqui que não houve um aumento da representação consular francesa no Brasil, mas isso não significa, entretanto, que o mecanismo consular francês instalado no Brasil não foi importante para desenvolvimento do comércio entre os dois países. Esse mecanismo funcionava da seguinte maneira: os agentes consulares eram instalados nas províncias em menor ou maior número, segundo os interesses comerciais em questão<sup>4</sup>, a eles cabia elaborar relatórios sobre suas áreas de atuação a serem recolhidas pelos cônsules de jurisdição, que então elaboravam seu relatório e encaminhava ao Ministério das Relações Exteriores que, por sua vez, transmitiam ao Ministério [Francês] da Agricultura, Comércio e Trabalhos Públicos. As dificuldades encontradas pelos cônsules franceses eram vastas. Encontramos bastantes reclamações deles sobre as condições de transporte e das estradas e de como isso impedia um melhor funcionamento das informações. Além disso, a inexistência de mapas estatísticos populacionais, que deveriam ser elaborados pelo governo imperial, dificultava ainda mais a pesquisa dos possíveis mercados para os artigos franceses, assim, muitas vezes,

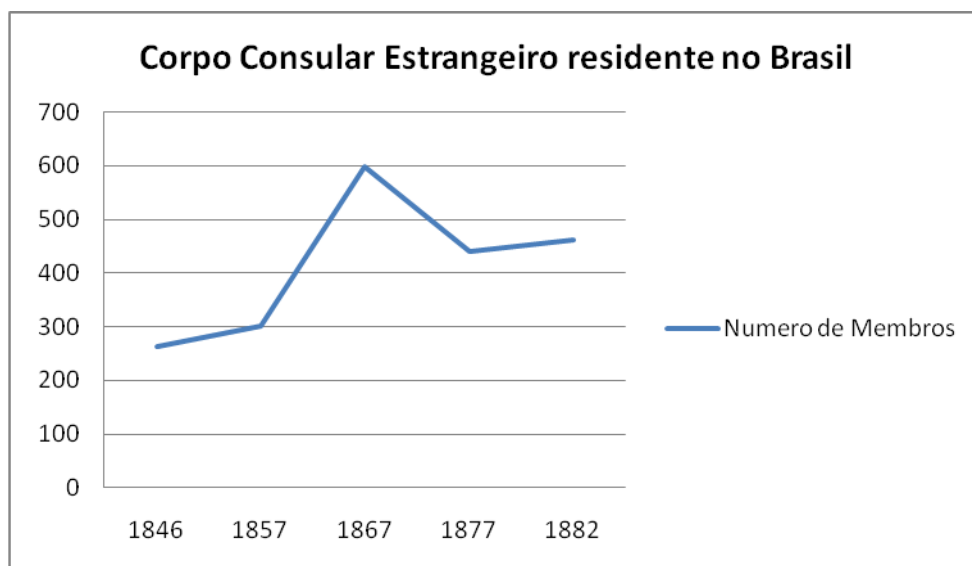
---

<sup>3</sup> TAKEYA, Denise M. **Europa, França e Ceará**. São Paulo-Natal:1995, p. 04.

<sup>4</sup> No caso da França, os principais produtos de exportação para o Brasil eram os chamados “Artigos de Paris”, que envolve jóias, calçados, chapéus, tecidos e vinhos principalmente.

eram os próprios cônsules que faziam esse censo.<sup>5</sup>Esse pode ser um dos motivos para explicar a estagnação do número de cônsules franceses no Brasil e, até mesmo, um decréscimo em alguns anos. Mas se olharmos para o quadro geral das representações consulares estrangeiras no Brasil, percebe-se um decréscimo geral, e não apenas francês:

FIGURA 2: Quantidade de membros do corpo consular estrangeiro no decorrer do segundo império brasileiro.



Fonte: Relatórios anuais do Ministério das Relações Exteriores, encontrados no endereço eletrônico: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil>

Diferente das representações consulares brasileiras, que é sempre ascendente durante o segundo império, as legações estrangeiras diminuem no decênio 1867-1877. Tal queda pode ser explicada, em parte, pela guerra do Paraguai, mas não fizemos uma análise mais acurada para saber o real motivo. Independente do decréscimo ou da estagnação da representação consular francesa, a sua relação com o Brasil era consistente. Boa parte das contribuições dos consulados para o desenvolvimento do comércio entre os dois países, além do que já foi dito a respeito da pesquisa de mercado, foram os acordos e as convenções celebradas entre os dois países.

## 2- Acordos, Tratados e Convenções

Alguns acordos e convenções contribuíram significativamente para desenvolvimento das relações comerciais entre os dois países. Pesquisamos todos os Relatórios do Ministério das Relações Exteriores, entre os anos de 1842 e 1887, e a primeira convenção que vimos foi o decreto nº2787 de *21 de abril de 1861*, que trata da **convenção consular** celebrada entre o Brasil e a França. Este decreto dispõe,

<sup>5</sup> Acervo da biblioteca da Universidade de Chicago, Relatórios Ministeriais Brasileiros, presente no endereço eletrônico: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil>

meramente, sobre os dispositivos jurídicos e as leis de reciprocidade que regem ambos os consulados. Além desse decreto, nos deparamos várias vezes com reclamações de ambos os lados. A maior parte dessas reclamações, entretanto, não nos é interessante, pois trata de assuntos relativos aos direitos de reciprocidade e herança, ou seja, direitos relativos aos próprios funcionários. Mas no relatório do ano de 1849<sup>6</sup> temos uma reclamação da legação Francesa dirigida ao Visconde de Olinda a respeito da Lei de Orçamento de 1849/50 que determinava o direito de 80% sobre importação de roupa feita, obras de marcenaria e calçados. Essa medida protecionista brasileira gerou um extremo desconforto com o consulado francês, que elaborou um abaixo-assinado reprovando tal medida, diz o documento que os benefícios que o Brasil tencionava conseguir com essa medida poderiam se transformar malefícios, uma vez que essa taxa era por demais prejudiciosa aos comerciantes franceses desses produtos no Brasil, e ainda, se essa medida não fosse revogada, esses comerciantes não teriam outra escolha a não ser fechar seus estabelecimentos comerciais no Brasil.

Paulo Roberto de Almeida faz uma listagem dos acordos econômicos que o Brasil participou entre 1864 e 1890. Alguns desses acordos dizem respeito à relação Brasil-França, são eles: em maio de 1864, a Convenção Telegráfica Internacional assinada entre Brasil, França, Haiti, Itália e Portugal; em fevereiro de 1868 temos o Código comercial de sinais marítimos, proposto por uma comissão anglo-francesa para uso geral, logo disseminado como padrão de comunicação no mar; em maio de 1875 o Brasil assina, em Paris, a Convenção Internacional do Metro; em 1878 temos a Convenção Postal Universal, assinada em Paris; em 1883, temos a Convenção que cria a União para a proteção da propriedade industrial, concluída em Paris; em 1884 temos a Convenção Internacional que cria uma união para a proteção dos cabos submarinos<sup>7</sup>.

É bom lembrar que esses acordos não eram assinados exclusivamente por Brasil e França, mas por muitos outros países. É nessa época que os sistemas métricos, marítimos e postais vão se uniformizando, propiciando um nível de globalização sem precedentes no globo.

Esses acordos e convenções têm um papel organizador nas relações econômicas, não só em relação à França, mas em relação a todos os parceiros comerciais brasileiros. Os tratados, por sua vez, é que são os grandes responsáveis pelo desenvolvimento e expansão das relações comerciais entre dois países. A inserção do Brasil no mercado mundial se dará através das assinaturas de diversos tratados, mas sobre isso o ministro Bento da Silva Lisboa, já em 1846 alerta:

[...] os maus efeitos dos tratados que o Brasil, alguns anos depois de sua emancipação política, celebrou com várias potências pelos embates que de continuo neles encontravam os verdadeiros interesses do país, as questões e mesmo as complicações que sobreviveram nas relações com vários governos, o futuro embaraçoso que nos legaram certos

---

<sup>6</sup>Pode ser encontrado diretamente neste endereço <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1486/000135.html>

<sup>7</sup> ALMEIDA, Paulo Roberto. O Brasil e a construção da ordem econômica internacional contemporânea. In revista *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro: Instituto de Relações Internacionais da PUC-RJ; vol. 26, nº 1, janeiro-junho 2004, p 13.

compromissos que ainda hoje subsistem, estes e outros motivos trouxeram a crença de que os tratados não são os melhores meios de estreitar os vínculos que ligam as nações entre si<sup>8</sup>

Vemos que já 1846 era perceptível que os tratados eram mais prejudiciais do que benéficos à economia brasileira. Ora, sabemos que os tratados, embora dotados de uma reciprocidade, as vantagens decorrentes não o são. O ministro Bento da Silva Lisboa analisa a dificuldade do Estado brasileiro em arcar com tantos tratados assinados, mas não era capaz de ver que a mentalidade agrária da elite brasileira, em consonância com esses tratados foi responsável por situações onerosas à economia brasileira, o que não será aprofundado aqui neste trabalho.

### 3-As Relações Comerciais entre Brasil e França

Já falamos um pouco da representação consular brasileira na França, como também da representação consular francesa no Brasil. Vimos também como funcionava o mecanismo consular francês aqui no Brasil e o teor de algumas reclamações consulares, convenções e acordos. Veremos agora, mais especificadamente, as próprias relações comerciais entre os dois países.

A expansão comercial francesa no Brasil no século XIX só teve início a partir da década de 1860. Mesmo tendo assinado com o Brasil, em 1826, o Tratado de Amizade, Comercio e Navegação, a França não soube aproveitar, como a Inglaterra (a partir de 1810) as vantagens decorrentes desse tratado, e esse fraco aproveitamento da França deveu-se menos às medidas protecionistas<sup>9</sup> adotadas pelo Brasil do que à própria estrutura mercantil francesa na primeira metade do século XIX. A França só conhece um crescimento industrial estável a partir de 1850, com o chamado 2º império Francês. É interessante notar que nos relatórios da primeira metade do século, os cônsules franceses se preocupavam apenas com as matérias primas brasileiras necessárias ao desenvolvimento da indústria francesa. É só na segunda metade do século que os cônsules franceses vão fazer as pesquisas de mercado para a recepção dos produtos franceses no Brasil. Mas não são esses cônsules que serão responsáveis pelo aumento da importação dos produtos franceses no Brasil, mas sim os imigrantes franceses (por volta de 12.000), a maior parte deles comerciantes e artesãos, que vão se instalar nos maiores centros urbanos brasileiros e irão disseminar os artigos de Paris.<sup>10</sup>

---

<sup>8</sup> Relatório da repartição dos negócios estrangeiros, Rio de Janeiro, 1846, p.23.

<sup>9</sup> Lei de Tarifas Alves Branco de 1828, que estabelecia taxas de 30% sobre a maioria dos artigos importados e 60% sobre mercadorias estrangeiras que também eram produzidas no Brasil

<sup>10</sup> SILVA, Lúcia O. Propaganda de Realidade: A Imagem do Império do Brasil nas publicações Francesas do século XIX. Argentina: Revista Theomai ( Edición Eletrônica) numero 3, p13.

Na porcentagem da participação de diferentes países no total das importações do Brasil, a França ocupa, entre 1842 e 1873, o segundo lugar, ficando atrás somente da Grã-Bretanha. Já entre os compradores de produtos brasileiros, a França oscila, entre 1842 e 1873, terceiro, quarto e até quinto lugar, ficando atrás da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos e, em alguns momentos atrás da Alemanha, da Áustria e até da Polônia.<sup>11</sup>

Mas o que o Brasil exportava para a França? Ora, a matéria-prima necessária ao desenvolvimento de sua indústria e os produtos alimentícios brasileiro. No decênio 1847-1856 os produtos brasileiros importados pela França, em ordem de importância, são: café, açúcar, couros, cacau, algodão, fumo, madeira e borracha<sup>12</sup>.

Diferente da Inglaterra, a expansão comercial francesa no Brasil foi somente isso: uma expansão. E não uma consolidação como foi o caso Inglês, a França nunca ocupou o primeiro lugar entre os parceiros comerciais do Brasil, nem antes do Império nem depois dele. Mas, apesar de todas as dificuldades existentes para a expansão comercial francesa no Brasil, ela existiu.

Como já foi dito, o presente artigo está inserido no projeto de pesquisa “As relações comerciais brasileiras com a França e Inglaterra no segundo império”, vinculado ao programa de iniciação científica da pró-reitoria de pós-graduação e pesquisa da Universidade Federal da Paraíba. O que foi apresentado aqui foi apenas uma parte das pesquisas que vem sendo realizadas desde agosto de 2009. O trabalho completo será o relatório final do dito programa.

---

<sup>11</sup> Diretoria Geral de Estatística. Boletim Comemorativo da exposição nacional de 1908, p. 111. Apud TAKEYA, Denise M. **Europa, França e Ceará**. São Paulo-Natal:1995, p. 63

<sup>12</sup> Tableau Decennal Du Commerce de la France, 1847 à 1856. Apud TAKEYA, Denise M. **Europa, França e Ceará**. São Paulo-Natal:1995, p.83